

A EMBRAER E OS TRABALHADORES

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

Quem viu a cena pela imprensa deve ter ficado perplexo. Com a lista da dispensa na mão e o olhar aflito no papel, alguns servidores liam em segundos se seu futuro estava cortado ou se ainda teria a felicidade de voltar para casa, com garantia de manter a família e ter a dignidade de um emprego.

Alguns, depois de constatar na lista que seu nome estava entre os condenados, choravam com a dureza da pena de morte social: perdera o emprego. E agora?

Não precisamos mais de guerras, conflitos, invasões e armas para matar as pessoas. Nossa civilização pós-moderna encontrou um modo mais simples e cruel de destruir a pessoas: a dispensa, individual ou coletiva.

Todos nós, que lidamos com os problemas do trabalho e do emprego, sabemos o que isto significa. Quem perde o emprego perde tudo: a sobrevivência digna, o ambiente e a harmonia familiar, o futuro pessoal e dos filhos. Tudo cai em um só ato. Muitos desempregados se entregam ao vício. Perdem a estrutura psicológica. Tomam remédios e buscam tratamento psiquiátrico. Não há nada pior para destruir o ser humano. Inventamos a mais terrível pena de morte que possa existir.

Não sabemos ainda como resolver o problema. Se, na iniciativa privada, a solução é mais difícil em razão da lógica capitalista do sistema, no serviço público é possível contornar esta extrema crueldade, porque o Estado não existe para ganhar dinheiro e ficar rico, mas para servir o povo com critérios de honestidade e justiça.

A Embraer é uma sociedade de economia mista, da qual 51% das ações são subscritas pela União. Logo nela predomina, antes de mais nada, o interesse público, que vem aliás sendo honrado ao logo de sua vitoriosa existência. É conhecida em todo o mundo pela qualidade da produção. Tem ramificações comerciais nos Estados Unidos, Portugal, França, China e Cingapura, para citar os principais.

Com a recessão mundial, entrou em crise e, no quarto semestre de 2008, operou negativamente em 3,24% (Dados da Folha de São Paulo de 20.2.09). Diante desta dificuldade, agiu como se fosse uma empresa meramente privada e pôs na rua 4.200 empregados.

Sabemos da qualificação de quem lá trabalha. São técnicos de alto gabarito. Se não fossem suas mãos, a empresa não teria a produção que sempre teve. Como o capital

preponderante é nosso, ou seja, do povo brasileiro, nada mais natural que houvesse negociação antes da dispensa, se é que não fosse possível evitá-la.

E a base da discussão está nas palavras do próprio Presidente da República. Ele disse recentemente que não compreende porque as empresas, que lucram por vários anos, dispensem seus empregados na primeira dificuldade. Mas foi exatamente isto que a Embraer fez, exatamente ao contrário do que disse o Presidente. Na primeira dificuldade, em vez de negociar, dispensou.

Cabe então ao Presidente da República, em primeira lugar, honrar sua palavra (e temos tudo para crer nesta atitude) e determinar que estes empregados voltem ao seu trabalho, para depois se tentar uma solução mais humana e justa que atenda aos dois lados.

É preciso salientar que o mal social e econômico, que esta dispensa coletiva traz ao país, é muito maior do que manter estes empregados até mesmo sem trabalhar. Quanto não custou para formar estes técnicos? Quanto se pagará de seguro desemprego? Quantos não vão procurar a Previdência Social para serviços e benefícios? Isto tudo sem falar nos problemas psíquicos e sociais.

O Governo deve assumir uma atitude mais humana e razoável. O Estado não pode seguir a lógica das empresas privadas. Não há de ser por suas mãos que vamos agravar o desemprego. O que dele se espera é que devolva a dignidade do trabalho a quem a perdeu.